



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
CURSO DE AGRONOMIA**

**ELIAS SCALCO**

**ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO JUNTO AO PROCESSO DE  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**ERECHIM RS  
JUNHO DE 2016**

**ELIAS SCALCO**

**ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO JUNTO AO PROCESSO DE  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de conclusão de curso II.

Orientador: Prof. Me. Douglas Antonio Dias

**ERECHIM RS  
JUNHO DE 2016**

**ELIAS SCALCO**

**ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO JUNTO AO PROCESSO DE  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Douglas Antonio Dias

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
15/06/2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Me. Douglas Antonio Dias

---

Prof. Dr. Nerandi Luiz Camerini

---

Eng. Agrônomo Felipe De David

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela grandeza da vida e por não me deixar jamais ter perdido a fé em meus sonhos.

Aos meus pais Luiz Fernando Scalco e Elizabet de Carvalho Scalco por serem meus principais mentores na construção da minha caminhada rumo à tão sonhada graduação, a minha irmã Lais Scalco por fazer parte da nossa família, meu maior porto seguro.

Ao professor Douglas Antonio Dias com sua orientação na construção desse estudo.

A todos meus professores que contribuíram ao longo da minha formação acadêmica com seus ensinamentos e experiências já vividas.

Aos meus familiares e amigos que de alguma forma ajudaram e contribuíram para que eu conseguisse completar mais essa etapa em minha vida.

Muito Obrigado.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Dados referentes às questões 6 e 8 respondidas pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.....	13
Gráfico 2. - Dados referentes à questão 9 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.....	14
Gráfico 3 - Opinião dos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS sobre legislação ambiental.....	15
Gráfico 4 - Dados obtidos de produtores rurais no município de São João da Urtiga – RS referente a quem presta assessoria ambiental.....	16
Gráfico 5 - Opinião sobre o interesse que os produtores rurais no município de São João da Urtiga – RS.....	16
Gráfico 6 - Dados referentes à questão 14 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.....	17
Gráfico 7 - Dados referentes à questão 5 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga – RS.....	18
Gráfico 8 - Dados referentes à questão 16 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.....	18
Gráfico 9 - Dados referentes à questão 18 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.....	19

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Dados sobre área (ha), idade, escolaridade, atividade e conhecimento do assunto de produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.....	12
--	----

## RESUMO

Nestes últimos anos, conciliar a produção agropecuária com preservação ambiental não é assunto somente de produtores e ambientalistas. Com a adequação ambiental de propriedades rurais, que é o conjunto de atividades que busca promover a conservação e recuperação do solo, dos recursos hídricos e da vegetação nativa, tem como finalidade garantir a sustentabilidade e melhoria da produtividade agrícola. Assim, poder-se-iam usufruir dos recursos naturais com responsabilidade, assegurando a disponibilidade dos mesmos para as futuras gerações. Foi realizado no município de São João da Urtiga – RS, um estudo de caso com um grupo de produtores rurais escolhido aleatoriamente dentro dos limites do município, aonde foi aplicado um questionário na forma impressa e entregue em mãos aos agricultores, a fim de averiguar qual seria o interesse dos entrevistados com o tema relacionado aos assuntos sobre licenciamento e adequação ambiental de propriedades, com pelos menos um empreendimento agrícola (criação de suínos, aviários, etc.), com potencial de poluição. Com os dados recolhidos e compilados, fez-se uma síntese e constatou-se a importância e o papel da atuação do engenheiro agrônomo como extensionista e consultor ambiental, de forma a envolver as principais atividades agropecuárias, papel esse que deve ser de assessoramento técnico responsável, apoiado em valores que prezem pela sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária junto aos produtores, para que se consiga construir um modelo de produção sustentável, conciliando atividades economicamente rentáveis, socialmente justas, ambientalmente seguras e que se enquadrem dentro do que a legislação ambiental requer, mantendo a biodiversidade ecológica e cultural.

**Palavras-chave:** Licenciamento ambiental. Adequação ambiental. Legislação ambiental. Código florestal. Assessoria ambiental.

## ABSTRACT

In recent years, reconcile agricultural production with environmental preservation is not a matter only of producers and environmentalists. With the environmental suitability of rural properties, which is the set of activities that aims to promote the conservation and restoration of soil, water resources and native vegetation, it aims to ensure the sustainability and improvement of agricultural productivity. So one may also would use natural resources responsibly, ensuring their availability for future generations. Was held in the town São João da Urtiga- RS, a case study with a group of rural producers andom ly selected within the town limits, where a questionnaire was applied in print and hand delivered to farmers in order to ascertain which it would be the interest of respondents to the subject matters related to environmental compliance and licensing properties with at least one agricultural enterprise (rearing pigs, poultry, etc.), with pollution potential. With the collected and compiled data, there was a synthesis and found the importance and the role of the role of the agronomist as extension and environmental consultant, in order to involve the main agricultural activities, a role that should be technical advisory responsible, supported by values that prezem the sustainability of agricultural production systems to the producers so that they can build a model of sustainable production, combining economically profitable activities,

socially just, environmentally sound and that fit within the environmental legislation requires, maintaining the ecological and cultural biodiversity.

**Keywords:** Environmental licensing. Environmental compliance. Environmental legislation. Forest Code. Environmental advice.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>11</b>
<b>3. RESULTADO E DISCUSSÕES.....</b>	<b>11</b>
<b>4. CONCLUSÕES.....</b>	<b>20</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>
<b>6. APÊNDICE – Questionário.....</b>	<b>22</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos, conciliar produção agropecuária com preservação ambiental não é assunto somente de produtores e ambientalistas. Para Silva e Junqueira (2013), muitos esforços têm sido realizados para mostrar que é possível, técnico e economicamente, romper com a dicotomia de que é necessário causar obrigatoriamente danos ambientais para ser um bom produtor rural. Com o passar do tempo e com a exponencial taxa de crescimento da espécie humana, aliada a uma não menos acentuada elevação nos padrões de consumo, Cardoso et al. (2010) salientam sobre todas as consequências imagináveis sobre o ritmo de exploração dos recursos naturais, fizeram que, na atualidade, a preocupação com a forma de inserção do homem na produção de sua existência e no entorno natural não possa mais ser esquecida quando se discute o processo de desenvolvimento econômico e social.

Sob a perspectiva de Muçouçah (2010), as visões de médio e longo prazo precisam ter papel coadjuvante como referência para orientar as ações do presente. O imediatismo e a pressa para se apresentar resultados, embora muitas vezes apareçam como imperativos de ordem política, tendem a redundar em ineficiência e em desperdício de recursos. O autor ainda salienta sobre a importância que o Estado adquire enquanto instância de formulação e implementação de políticas públicas, de regulação e de indução das atividades econômicas, para além dos interesses privados ou corporativos.

Pessoa e Teixeira (2010), explicam sobre o licenciamento ambiental, afirmando que o mesmo é um instrumento que tem, como função primacial, a busca do desenvolvimento sustentável. Sua contribuição visa encontrar o convívio equilibrado entre a ação econômica do homem e o meio ambiente onde se insere. Por meio dele, busca-se a compatibilidade do desenvolvimento econômico e da livre iniciativa com o meio ambiente, dentro de sua capacidade de regeneração e permanência. Ainda segundo as autoras, a utilização do licenciamento ambiental é feita de forma compartilhada entre a União, os Estados da federação, o Distrito Federal e os Municípios, em conformidade com as respectivas competências, que tem como objetivo regular as atividades e os empreendimentos que utilizam recursos naturais e podem causar degradação ambiental. Por meio dele, os órgãos ambientais adquirem a estrutura legal para avaliar os eventuais impactos ao meio ambiente de uma determinada atividade.

Junto disso surge a adequação ambiental de propriedades rurais, termo usado para designar o conjunto de atividades que busca promover, de forma planejada, a conservação e recuperação do solo, dos recursos hídricos e da vegetação nativa, com a finalidade de garantir a sustentabilidade e melhoria da produtividade agrícola (VALLE, 2013). Ainda, conforme o autor há uma série de leis que guiam e tratam da adequação ambiental do imóvel rural, as quais regulam desde o uso e descarte de agrotóxicos até a proteção da vegetação nativa, passando pelas que exigem o licenciamento de atividades que possam causar poluição do solo ou da água (criação de suínos ou instalação de granjas, por exemplo).

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo foi realizado no município de São João da Urtiga, localizado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, latitude 27°49'13" sul, longitude 51°49'39" oeste, altitude de 745 m, com área de 171,32 km<sup>2</sup>. A pesquisa foi realizada a campo, junto a 11 (onze) produtores rurais, escolhidos aleatoriamente dentro dos limites do município. Estes, trabalham com pelo menos uma atividade com potencial de poluição. Um questionário estruturado foi elaborado como forma de recolhimento de dados e visou orientar as dúvidas existentes sobre o licenciamento ambiental nas atividades agropecuárias com potencial de poluição. A aplicação do questionário foi realizada sob a forma impressa e entregue em mãos para que os produtores respondessem. Os dados obtidos com o questionário foram analisados por meio de estatística descritiva. O foco foi resumir, descrever e apresentar os dados utilizando principalmente tabelas, gráficos e análises estatísticas.

## **3. RESULTADO E DISCUSSÕES**

Com a aplicação do questionário que contou com 22 perguntas, dentro de um espectro que abordasse o assunto do referente estudo, pôde-se fazer o levantamento de um contexto interessante no que diz respeito à situação do conhecimento sobre a adequação ambiental nas propriedades do município de São João da Urtiga (RS).

Em relação à questão fundiária das propriedades, observou-se o predomínio das pequenas áreas, mostrando extensões entre 05 (cinco) e 100 (cem) ha. Sobre a idade dos produtores, constatou-se o predomínio de pessoas com mais de 45 anos. Estas, à frente

das tomadas de decisões das propriedades. Em relação à escolaridade, (03) três responderam ter apenas o 1º grau incompleto, (03) três o 1º grau completo, (01) um o 2º grau incompleto, (02) dois o 2º grau completo, (01) um o grau superior incompleto e apenas (01) um afirmou ter uma graduação. No tocante à atividade exercida nas propriedades, foram levantados os seguintes empreendimentos: (04) quatro aviários, (04) quatro com criação de suínos, (03) três com lavouras com culturas anuais, (04) quatro com esterqueiras e (02) duas propriedades com a atividade de vacas de leite.

Ao indagar os produtores sobre o conhecimento que tinham à respeito do licenciamento ambiental, (01) um nunca havia ouvido falar, (06) seis afirmaram ter um conhecimento iniciante sobre o assunto, (03) três afirmaram ter um conhecimento intermediário, enquanto (01) um respondeu ter curso sobre o assunto (Figura 1).

Figura 1. Dados sobre área (ha), idade, escolaridade, atividade e conhecimento do assunto de produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.

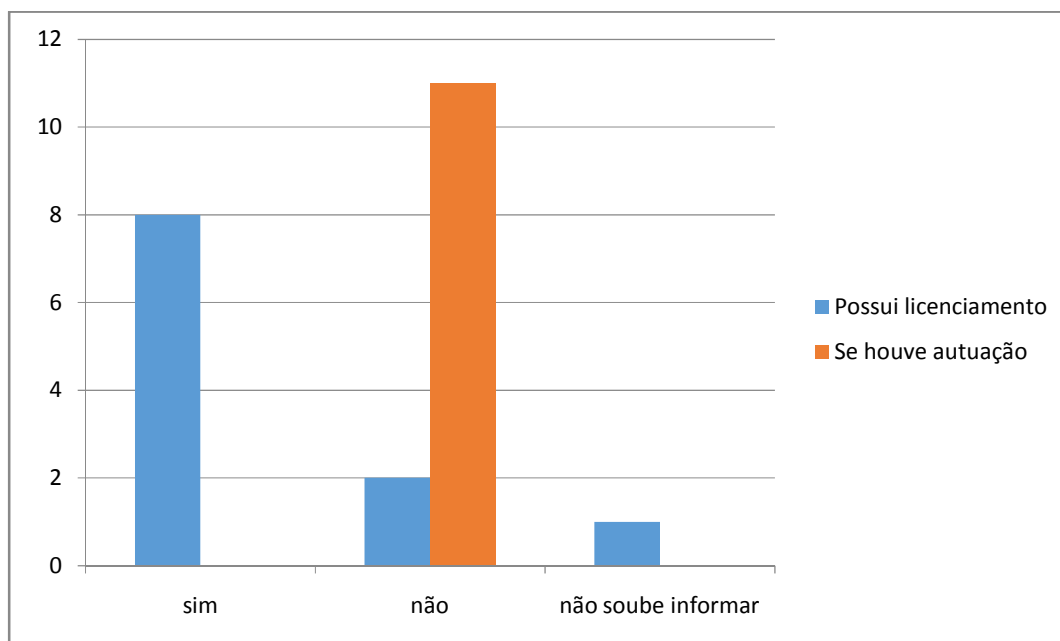
	<b>Area (ha)</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Atividade</b>	<b>Conhecimento do assunto</b>
<b>Produtor 1</b>	10	47	2º Grau Inc.	Criação de Suínos/Esterqueira	Iniciante
<b>Produtor 2</b>	25	64	1º Grau Inc.	Criação de Suínos/Lavoura	Iniciante
<b>Produtor 3</b>	25	50	1º Grau Inc.	Esterqueira	Iniciante
<b>Produtor 4</b>	29	60	1º Grau Com.	Vaca leiteira	Iniciante
<b>Produtor 5</b>	19,6	37	2º Grau Com.	Aviário	Iniciante
<b>Produtor 6</b>	17	47	1º Grau Com.	Aviário/Lavoura	Iniciante
<b>Produtor 7</b>	5	55	1º Grau Com.	Aviário	Nunca ouviu falar
<b>Produtor 8</b>	6,7	52	1º Grau Inc.	Criação de Suínos	Tem curso à respeito
<b>Produtor 9</b>	100	40	2º Grau Inc.	Aviário/Lavoura	Intermediário
<b>Produtor 10</b>	12,5	31	Superior Completo	Esterqueira	Intermediário
<b>Produtor 11</b>	25	30	2º Grau Com.	Criação de Suínos/Esterqueira	Intermediário

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao perguntar se os empreendimentos possuíam licenciamento ambiental,(08) oito entrevistados afirmaram que sim, enquanto (02) dois, afirmaram que o empreendimento estava funcionando sem licenciamento ambiental, enquanto (01) um

entrevistado não soube informar (Gráfico 1.). Em relação à pergunta sobre se já haviam usado a ferramenta do licenciamento ambiental na propriedade, (06) seis afirmaram que sim para atividades de cortes de árvores nativas e para a construção dos respectivos empreendimentos, enquanto (05) cinco afirmaram nunca terem usado o licenciamento ambiental em suas propriedades. 100% dos entrevistados afirmaram que a propriedade nunca foi autuada por falta de licenciamento ambiental (Gráfico 1.).

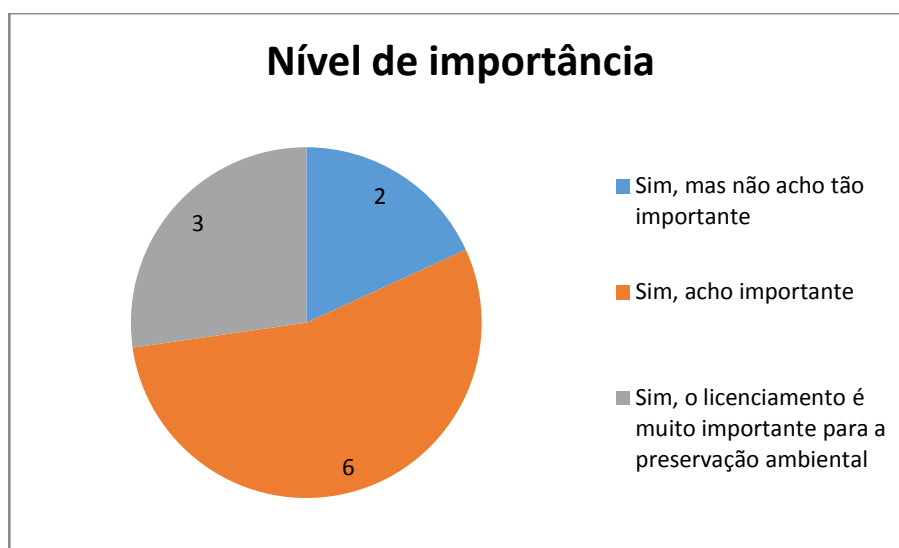
Gráfico 1. Dados referentes às questões 6 e 8 respondidas pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao considerar a importância do processo de licenciamento ambiental como forma de preservar os recursos naturais, (02) dois produtores afirmaram que sim, mas, não achavam tão importante, (06) seis responderam que sim, e consideravam importante, enquanto (03) três afirmaram que sim e ainda disseram que o licenciamento ambiental é muito importante para a preservação ambiental (Gráfico 2.).

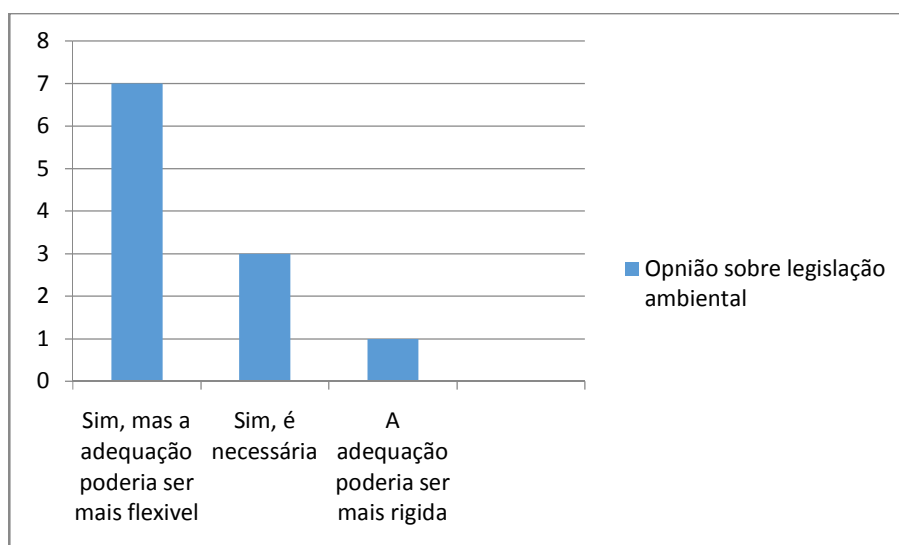
Gráfico 2. Dados referentes à questão 9 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta questão já pode ser vista uma das primeiras incipiências sobre o entendimento do assunto, aonde a discrepância nos resultados vem de encontro ao que Lemos e Esteves (2008) afirmaram, ao descreverem sobre a cultura do cidadão que, acomodado, considera banal e ordinário o caráter ilícito da degradação ambiental, favorecendo sempre uma mentalidade liberal, confrontando a necessidade de sua preservação com a liberdade econômica, a exploração e a objetividade do direito de propriedade enquanto direito real pessoal sobre determinado bem. Ao pedir a opinião do que os produtores achavam sobre a legislação ambiental voltada a empreendimentos rurais, (03) três afirmaram que ela é necessária apenas, (07) sete afirmaram que ela é necessária, mas, a adequação poderia ser mais flexível, enquanto (02) dois afirmaram que a adequação poderia ser mais rígida (Gráfico 3). Nesse ponto, onde Milaré (2009) afirma que a legislação ambiental vigente no Brasil tem uma característica assimétrica, pecando por seu caráter inorgânico e assistemático, decorrendo nisso uma matéria fruto de vários atos legislativos que conduz a uma poluição regulamentar de modo a favorecer conflitos e antinomias. Toda essa situação que presenciamos, contribui para aumentar a insegurança jurídica daqueles que militam nas causas jurídicas, tanto daqueles que militam nas causas ambientais. Lemos e Esteves (2008), afirmam e alertam que o direito ambiental vem se especializando e amadurecendo, mas que precisa tornar-se claro, acessível, certo e coerente.

Gráfico 3. Opinião dos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS sobre legislação ambiental.

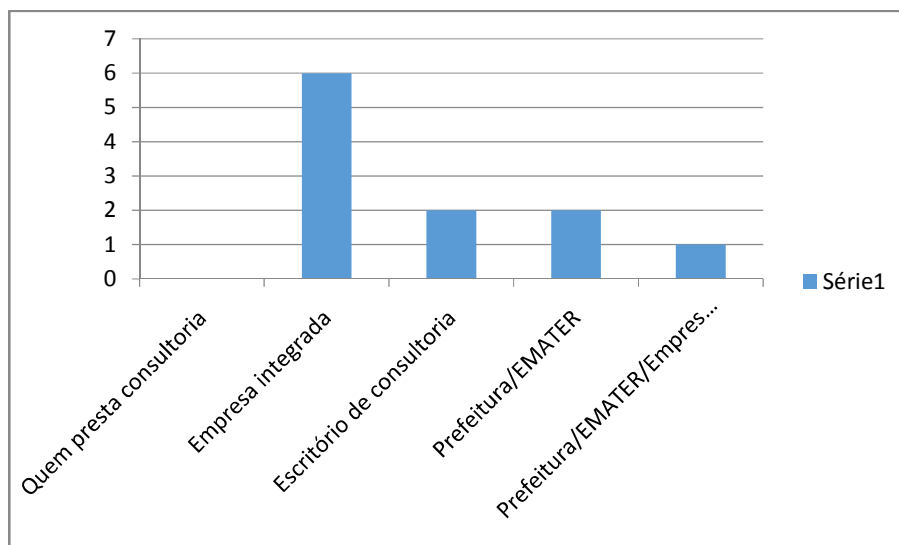


Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre se havia alguma entidade ou consultoria que presta assistência junto ao produtor, orientando sobre os procedimentos de licenciamento ambiental e adequação ambiental, (02) dois afirmaram pagar consultoria particular, (03) três falaram que a prefeitura, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, prestam tal assessoria, enquanto (02) dois afirmaram que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) também prestam tal serviço e, (07) sete ainda afirmaram que empresas integradas à produção animal, através de seus técnicos, prestam assistência para os produtores do município (Gráfico 4.). Dentro de uma lógica cultural impregnada em uma parte dos agricultores, em que a prefeitura deva oferecer esse tipo de assistência, onde na verdade esse órgão tem como papel fundamental em apenas regularizar, produzir padrões e licenciar, deixando o papel da assistência para órgãos como a EMATER ou para consultorias dotadas de profissionais com experiência na área. Ao questionar se o produtor confiaria em um engenheiro agrônomo para prestar orientação sobre os procedimentos de licenciamento ambiental e adequação ambiental, destes, (10) dez responderam que sim, enquanto apenas (01) um diz não confiar nesse profissional. Se o produtor estaria disposto a aprender mais a respeito da legislação ambiental, (08) oito responderam que sim e estariam dispostos a aprender algo sobre o assunto, enquanto (03) três responderam que também estariam dispostos, porém, alegaram não terem tempo para tal atividade (Gráfico 5). Ainda nessa linha de abordagem, foi perguntado qual seria o meio que os produtores estariam mais aptos a participar como

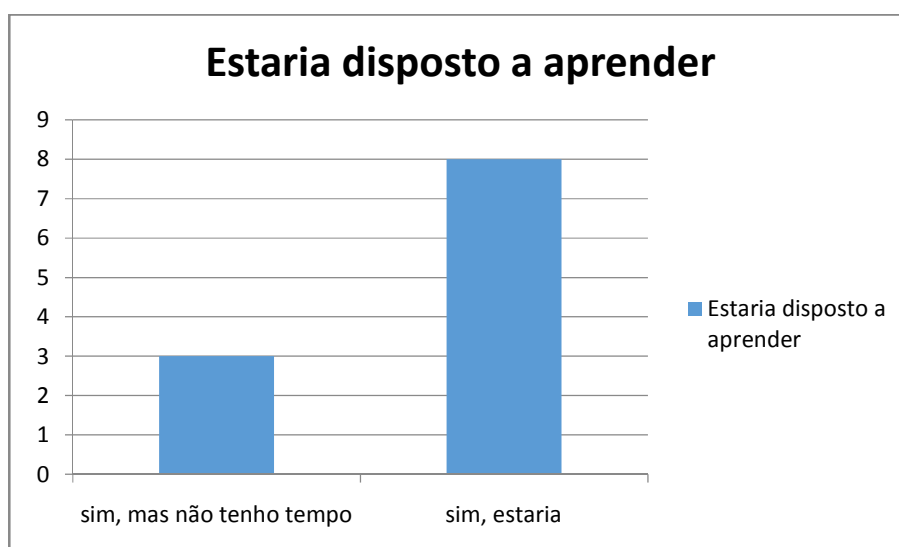
resultados, e obteve-se as seguintes respostas: palestras, informativos pela rádio, cursos presenciais, cursos online e curso técnico na área (Gráfico 6).

Gráfico 4. Dados obtidos de produtores rurais no município de São João da Urtiga – RS referente a quem presta assessoria ambiental.



Fonte: Elaborado pelo autor.

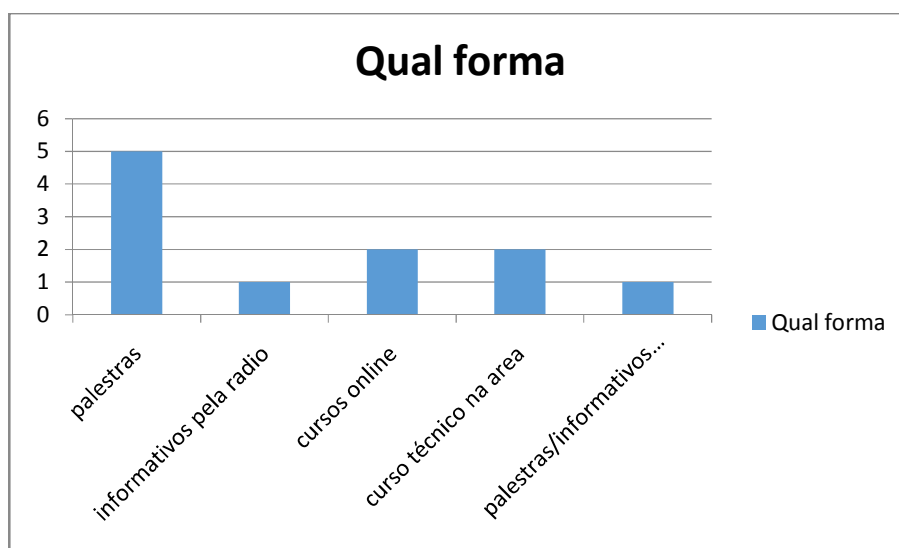
Gráfico 5. Opinião sobre o interesse que os produtores rurais no município de São João da Urtiga – RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.



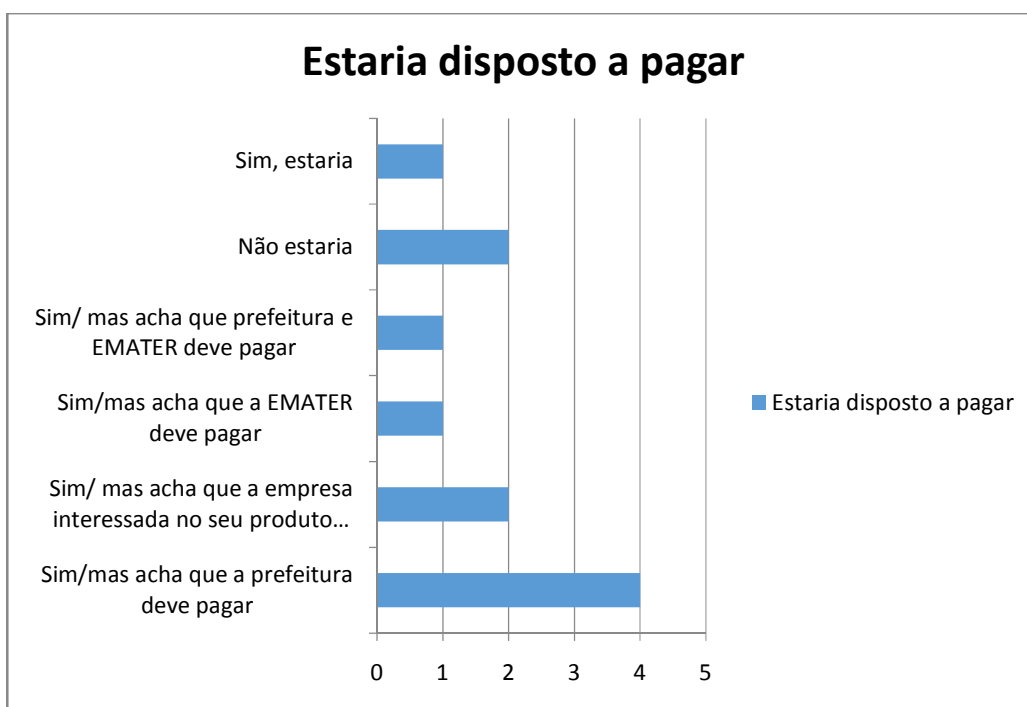
Gráfico 6. Dados referentes à questão 14 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

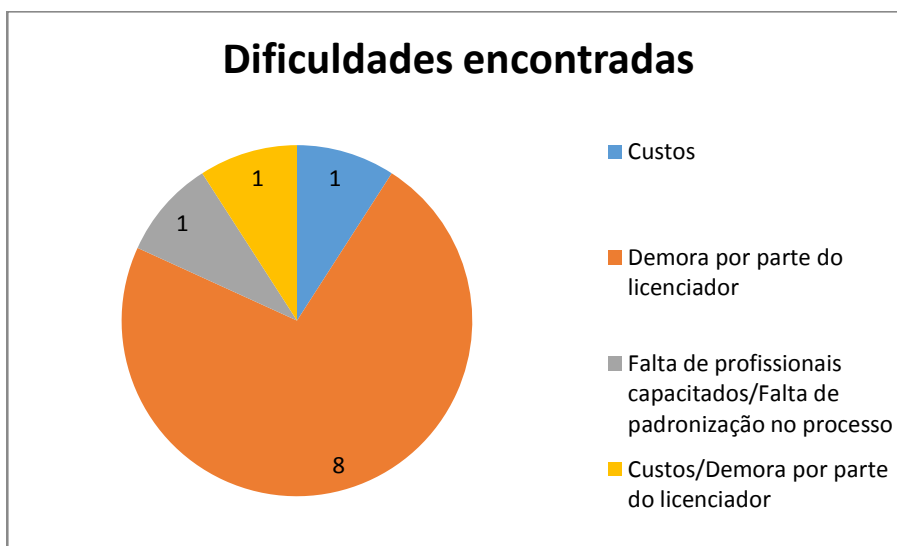
Ao serem questionados se estariam dispostos a pagar pela assistência técnica, (01) um afirmou que sim, (05) cinco afirmaram que sim mas, que esse custo deveria ser pago pela prefeitura. Dois afirmaram estarem dispostos a pagar mas que esse custo deveria ser pago pela EMATER, (02) dois afirmaram que estariam, mas, que as empresas interessadas no seu produto final é que deveriam arcar com as despesas, enquanto (02) dois afirmaram não estarem dispostos a desembolsarem esse ônus (Gráfico 7). Sobre as principais dificuldades encontradas pelo produtor no momento em que se precisa usar a ferramenta de licenciamento ambiental, (02) dois afirmaram ser os custos, (01) um produtor afirmou a falta de profissionais capacitados na área, (09) nove afirmaram haver demora por parte do licenciador, enquanto (01) um afirmou encontrar como dificuldade, a falta de padronização no processo (Gráfico 8). Em um estudo encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente, Reganham e Mota (2009) afirmaram ter como principais causas, a ausência de uma acompanhamento sistemático dos impactos ambientais. Destacam a dificuldade em se estabelecer padrões, critérios e parâmetros próprios de avaliação dos impactos e riscos ambientais dos empreendimentos, a ausência de padrões também resulta em um excesso de discricionariedade que pode fazer que o analista seja judicialmente responsabilizado, a pressão política que causa um aumento do número de condicionantes que, por consequência, remete a um aumento de custos para o empreendedor.

Gráfico 7. Dados referentes à questão 5 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 8. Dados referentes à questão 16 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.

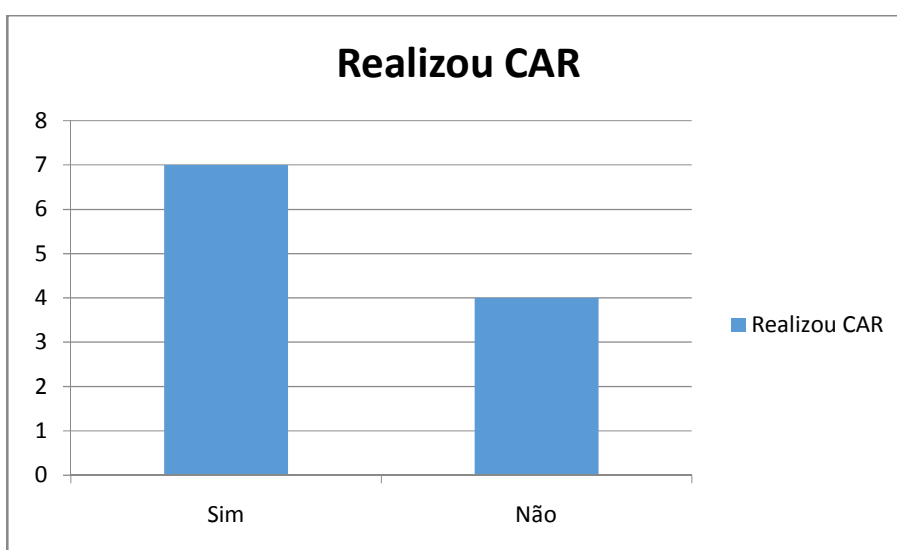


Fonte: Elaborado pelo autor.

A respeito de quais seriam os principais meios de acesso à informação que cada produtor pudesse usufruir na propriedade, afirmaram ser o rádio, telejornais, a internet e informações através de escopo de jornais. Sobre a inserção das propriedades no

Cadastro Ambiental Rural (CAR), (07) sete produtores afirmaram já estarem cadastrados no sistema, enquanto (04) quatro ainda não haviam realizado o cadastro, mas, que pretendiam fazer (Gráfico 9). Se a propriedade possui área destinada à Reserva Legal, (05) cinco produtores afirmaram que sim, enquanto (05) cinco, afirmaram que não e, (01) um não soube informar. Sobre a existência de cursos d'água ou nascentes dentro do perímetro de cada propriedade, (08) oito entrevistados confirmaram a existência destes, enquanto (03) três afirmaram não haver nem um nem outro. Sobre se a propriedade teria acesso à internet, (07) sete afirmaram que sim, enquanto (04) quatro afirmaram não ter acesso.

Gráfico 9. Dados referentes à questão 18 respondida pelos produtores rurais no município de São João da Urtiga - RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### **4. CONCLUSÕES**

Com base no referido estudo, deve-se ressaltar com grande ênfase o importante papel da atuação do engenheiro agrônomo como extensionista e consultor ambiental junto às questões ambientais que envolvem as principais atividades agropecuárias, papel esse que deve ser de assessoria técnica responsável, apoiada em valores que prezem pela sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária junto aos produtores, para que se consiga construir um modelo de produção sustentável, conciliando atividades economicamente rentáveis, socialmente justas, ambientalmente seguras e que se enquadrem dentro do que a legislação ambiental requer, mantendo a biodiversidade ecológica e cultural. Assim, poder-se-ia usufruir dos recursos naturais com responsabilidade, assegurando a disponibilidade dos mesmos para as futuras gerações.

## 5. REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. R.;MOTA, J. A. **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. 7. ed. Brasília: Ipea, 2010. 604 p.

LEMOS, P. F.; ESTEVES, E. G. Direito ambiental brasileiro: princípios e limites de implantação. In: ALVAREZ, A. R.;MOTA, J. A. **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. 7. ed. Brasília: Ipea, 2010. cap. 6. p. 209-225.

MUÇOUÇA, Paulo Sérgio. Novas perspectivas para a geração de empregos verdes no Brasil. In: ALVAREZ, A. R.;MOTA, J. A. **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. 7. ed. Brasília: Ipea, 2010. cap. 23, p. 623.

PESSOA, Flávia Moreira Guimarães; TEIXEIRA, Rafaela Góis. **A concretização do direito ao meio ambiente equilibrado: o licenciamento ambiental junto a adema**. 2010. 14 f. Tese (Doutorado), Curso de Direito, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

REGANHAN, Jose Maria; MOTA, Jose Aroudo (ed.). O licenciamento ambiental federal como instrumento de política ambiental no Brasil. ALVAREZ, A. R.; MOTA, J. A. **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. 7. ed. Brasília: Ipea, 2010. cap. 9, p. 263.

SILVA, João Flávio Veloso; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. Prefácio. In: GUERIN, Natalia. **Plantar, criar e conservar**: unindo produtividade e meio ambiente. São Paulo: Embrapa, 2013. p. 8.

VALLE, Raul Silva Telles do. Aspectos da legislação voltados para adequação ambiental de imóveis rurais. In: GUERIN, Natalia. **Plantar, criar e conservar**: unindo produtividade e meio ambiente. São Paulo: Embrapa, 2013. cap. 1. p. 11.

## 6. APÊNDICE - Questionário

### 1. Qual o tamanho da propriedade?

\_\_\_\_\_ ha.

### 2. Qual a idade do produtor?

\_\_\_\_\_ anos.

### 3. Qual a escolaridade do produtor?

- ☐ 1º grau incompleto;    ☐ 2º grau incompleto    ☐ 2º grau com técnico
- ☐ 1º grau completo;    ☐ 2º grau completo: ☐ Superior incompleto;
- ☐ Superior completo;    ☐ Pós graduação;    ☐ Mestrado.
- ☐ Doutorado;

### 4. A propriedade possui algum empreendimento com potencial de poluição (aviários, criação de suínos, confinamentos, lavouras, esterqueira, etc.)? Se sim, especificar

- ☐ Aviário;
- ☐ Criação de suínos;
- ☐ Confinamento;
- ☐ Lavoura;
- ☐ Esterqueira;
- ☐ Outros: \_\_\_\_\_

### 5. Qual o seu conhecimento à respeito do licenciamento ambiental?

- ☐ Nunca ouvi falar a respeito;
- ☐ Iniciante;
- ☐ Intermediário;
- ☐ Tenho curso a respeito do assunto.

### 6. O empreendimento possui licença ambiental?

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Não soube informar.

### 7. O produtor alguma vez fez uso do instrumento de licença ambiental para alguma atividade na propriedade? Se sim, especificar.

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Não soube informar.

**8. A propriedade alguma vez foi autuada por falta de licenciamento ambiental? Se sim, especificar.**

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Não soube informar

**9. Você considera importante o processo de licenciamento ambiental como forma de preservar os recursos naturais (água, solo, biodiversidade, etc.)?**

- ☐ Não conheço o assunto;
- ☐ Sim, mas não acho tão importante,
- ☐ Sim acho importante;
- ☐ Sim, o licenciamento é muito importante para a preservação ambiental;
- ☐ Não acho importante

**10. Qual a sua opinião sobre a legislação ambiental voltada à empreendimentos rurais?**

- ☐ Sim, é necessária.
- ☐ Sim, mas a adequação poderia ser mais flexível.
- ☐ Está justo assim.
- ☐ A adequação deveria ser mais rígida.
- ☐ Acho que não deveria ter.

**11. Há alguma entidade ou consultoria que presta assistência junto ao produtor orientando sobre os procedimentos de licenciamento ambiental e adequação ambiental? Se sim, especificar se é pública ou privada.**

- ☐ Escritório de consultoria.
- ☐ Prefeitura através da secretária da agricultura e meio ambiente.
- ☐ Emater.
- ☐ Empresas integradas (Perdigão, Sadia, Majestade, Agrodanieli).
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

**12. O produtor confiaria em um engenheiro agrônomo para prestar esse tipo de orientação referente ao licenciamento ambiental e adequação ambiental?**

- ☐ Sim, confiaria.
- ☐ Sim, mas se tivesse outro, melhor.
- ☐ Não confiaria.

**13. Você estaria disposto a aprender mais a respeito da legislação ambiental, através de cursos, palestras, encontros organizados por entidades (públicas e privadas) que prestam assistência no município?**

- ☐ Sim, estaria.
- ☐ Sim, mas não tenho tempo.
- ☐ Não estaria,  
Motivos: ☐ Falta de tempo. ☐ Falta de interesse pelo assunto.

**14. Qual seria o meio do qual você estaria disposto a participar?**

- ☐ Palestras.
- ☐ Informativos pela rádio.
- ☐ Cursos presenciais.
- ☐ Cursos online.
- ☐ Graduação na área.
- ☐ Curso técnico na área.
- ☐ Não estaria disposto.
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

**15. Você estaria disposto a pagar pela assistência e orientação junto ao processo de licenciamento ambiental ou até mesmo a adequação ambiental da propriedade?**

- ☐ Sim, estaria.
- ☐ Sim, mas acho que deveria ser papel da prefeitura.
- ☐ Sim, mas acho que deveria ser papel da Emater.
- ☐ Sim, mas acho que deveria ser papel das empresas interessadas no meu produto final.
- ☐ Não estaria.

**16. Quais as principais dificuldades encontradas pelo produtor quando se pretende usar o processo de licenciamento em algum empreendimento na propriedade? (custos, profissional capacitado, morosidade no processo, incipiência do órgão licenciador, etc.)**

- ☐ Custos.
- ☐ Falta de profissionais capacitados na área.
- ☐ Demora por parte do licenciador.
- ☐ Falta de padronização no processo.
- ☐ Outros: \_\_\_\_\_



**17. Quais os principais meio que você tem acesso às informações?**

- ☐ Radio.
- ☐ Telejornais.
- ☐ Internet.
- ☐ Jornal.
- ☐ Revista científica.
- ☐ Informativos.
- ☐ Outros: \_\_\_\_\_

**18. A propriedade já possui inscrição no CAR (cadastro ambiental rural)?**

- ☐ Sim.
- ☐ Não, mas pretendo fazer.
- ☐ Não, e não pretendo fazer.
- ☐ Nunca ouvi falar.

**19. A propriedade possui área destinada a reserva legal?**

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não souber informar.

**20. Na sua propriedade existe algum curso d'água que percorra por dentro da área?**

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

**21. Na sua propriedade há a existência de nascentes d'água?**

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

**22. A propriedade tem acesso à internet?**

- ☐ Sim.
- ☐ Não.